



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração à distância

NELSON EUGENIO VIEIRA

**O USO DO MICROCRÉDITO NA PECUÁRIA LEITEIRA DE
JARU/RO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL.**

Brasília – DF

2012

NELSON EUGENIO VIEIRA

**O USO DO MICROCRÉDITO NA PECUÁRIA LEITEIRA DE
JARU/RO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL.**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Tutor: Vanauey Ferreira Vieira.

Brasília – DF

2012

Vieira, Nelson Eugenio.

O uso do Microcrédito da pecuária Leiteira de Jaru/RO uma alternativa de Desenvolvimento Regional Sustentável.

59 f.: il.

Monografia (Bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - Ead, 2008.

Orientador: Professor tutor Vanauey Ferreira Vieira – Departamento de Administração.

1. Arranjo Produtivo Local. 2. Pequenos Produtores Rurais. 3. Sustentabilidade. I. Título. Instituição Financeira Gerando Microcrédito à pecuária Leiteira de Jaru/RO, uma alternativa de Desenvolvimento Regional Sustentável.

NELSON EUGENIO VIEIRA

**O USO DO MICROCRÉDITO NA PECUÁRIA LEITEIRA DE
JARU/RO UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL.**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a).

NELSON EUGENIO VIEIRA

Tutor, Vanauey Ferreira Vieira.
Professor-Orientador

Tutor, Vanauey Ferreira Vieira.
Professor-Examinador

Supervisor, José Matias Pereira.
Professor-Examinador

Brasília, 10 de maio de 2012.

Dedico este artigo aos meus familiares, meus amigos e principalmente a minha querida esposa Maria Lucia, minha amiga, companheira de vida, pela paciência, compreensão, o seu apoio nos diversos momentos em que esta dissertação apresentava-se como um desafio quase impossível.

Agradeço primeiramente a Deus, ao Banco do Brasil, EMATER-RO e a UNB que tiveram essa iniciativa e aos meus Tutores e colegas que me ajudaram nessa caminhada.

RESUMO

Neste trabalho procura-se analisar as vantagens e as desvantagens do acesso ao crédito dos pequenos produtores, beneficiados pelo programa DRS na cidade de Jarú estado de Rondônia, para demonstrar que o agronegócio do leite e seus derivados desempenha um papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população. A eficiência da pecuária leiteira está intimamente relacionada à adoção de novas tecnologias que podem proporcionar aumento de produtividade e, em consequência diluírem os custos fixos, que ainda apresenta reflexos de uma pecuária leiteira tradicional e extrativista, o uso da inseminação artificial é em grande parte responsável pelo melhoramento genético do rebanho leiteiro. A industrialização de leite e derivados, com vistas ao mercado externo, tem possibilitado a expansão da oferta de matéria prima, porém, têm sido constante a questão da proliferação do pequeno produtor sem especialização e poucos especializados com grande produção, devendo-se registrar a ausência de políticas que mantenham esse pequeno produtor no campo, o que favorece o êxodo rural.

Para apoio a atividades produtivas, economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre respeitadas à diversidade cultural da região, fortalecer as estruturas naturais do solo, protegida por cobertura vegetal permanente e diversificada, para garantir os serviços essenciais.

Palavras-chave: Microcrédito; produtores; investimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAR - Associação dos Laticínios de Rondônia

APL - Arranjo Produtivo Local

EMATER – RO -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – RO - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

SEAPES - Secretaria do Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Rondônia.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

PROLEITE - Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia

GRÁFICOS

Gráfico 01. Mão de Obra Utilizada nas Propriedades Rurais.....	23
Gráfico 02. Quantidade de Pessoa que Trabalha na Propriedade.....	24
Gráfico 03. Pessoas que moram unidade familiar.....	24
Gráfico 04. Problemas Solucionados com o Microcrédito.....	24
Gráfico 05. Custos das unidades de produção.....	25
Gráfico 06. Comercialização da Produção.....	25
Gráfico 07. Utilização do Microcrédito para Benfeitorias e Bens.....	26
Gráfico 08. Serviços Bancários.....	26
Gráfico 09. Utilização do Microcrédito para Dívidas Anteriores.....	26
Gráfico 10. Acesso a fontes Financiadoras.....	27
Gráfico 11. Produtores e Novas Operações de Microcrédito.....	27
Gráfico 12. Compra de Transporte de Produtos e Produtores.....	27
Gráfico 13. Produtores Tiveram algum tipo de Treinamentos e Cursos.....	28
Gráfico 14. Tratamentos Utilizados nas Propriedades.....	28
Gráfico 15. Cuidado com Meio Ambiente.....	29
Gráfico 16. Propriedades e Tratamento com o Lixo.....	29
Gráfico 17. Microcrédito Melhorou o Rendimento Familiar.....	29
Gráfico 18. Uso do Microcrédito para Realização dos Planos.....	30
Gráfico 19. Satisfação dos Produtores em Relação ao Microcrédito.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização	13
1.2 Formulação do problema.....	13
1.3 Objetivo Geral.....	13
1.4 Objetivos Específicos	14
1.5 Justificativa	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	21
3.1 Caracterização do setor.....	21
3.2 Instrumentos de pesquisa.....	21
3.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados	22
3.4 População e amostra ou participantes do estudo	23
4 RESULTADO E DISCUSSÕES.....	23
4.1 Questionário	23
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	31
REFERÊNCIAS.....	34
ANEXOS	37

1 INTRODUÇÃO

O potencial agropecuário de Rondônia é favorecido com a vasta extensão de terras e clima quente, o que leva os detentores de propriedades rurais a investirem na pecuária, isso leva a maior produção de leite, a qual se constitui na principal fonte de renda para o pequeno produtor rural, representando sua subsistência, a atividade leiteira exerce função primordial na sua economia. O setor agropecuário e a indústria de transformação deste segmento representam sua base econômica e despontam como fortes contribuintes de sustentação.

Uma das principais fontes de renda do estado de Rondônia é a produção de leite bovino. Existe no estado uma clara tendência de crescimento dessa produção, sem que para isso seja necessário o aumento das áreas de criação. A maior parte é formada por pequenos produtores, entretanto é preciso que estes entrem em interação com instituições e organizações para que haja uma sincronia neste sistema. Em Rondônia, o município de Jaru apresenta a maior produção de leite do estado, EMATER (2010).

Destaca-se que o município de Jaru possui o maior rebanho de gado leiteiro do Estado, sendo o 1º em produção e 11º do Brasil em produção de leite IDARON (2010).

O Brasil, no ano de 2010, ocupava a posição de sétimo maior produtor mundial de leite com uma produção de mais de 23 milhões de toneladas ano (EMBRAPA GADO DE LEITE, 2010), sendo superado apenas pelos Estados Unidos, Índia, Rússia, Alemanha, França e China. Entretanto, alguns fatores como a baixa infraestrutura e dificuldades de acesso ao crédito, entre outros, representam entraves para o seu desenvolvimento.

Observando os aspectos ambientais do estado, a intenção nos próximos anos em Rondônia e no Brasil não é abrir novos pastos, mas sim aumentar a produtividade dos campos já existentes destinados à produção de leite. Isso se dá pela possibilidade de crescimento da produtividade e racionalização do espaço rural, sendo que o crescimento extensivo não fará com que a eficiência de escala melhore. O problema está em como fazer isso, uma vez que a ineficiência técnica dos pequenos produtores não é o principal entrave, o microcrédito demonstra o auxílio nesta etapa (ROBERTS e GOMES, 2004).

Com o benefício do microcrédito existirá no município uma economia de produção fortalecida. Fortalecer e apoiar os produtores de leite no município de Jaru é de extrema importância para o estado de Rondônia, uma vez que o município é o principal produtor do setor no estado e o agronegócio é uma das suas principais fontes de renda. Beneficiar os produtores de Jaru implica em movimentar a economia do estado, portanto, melhorar a qualidade de vida a comunidade.

Por isso entender os beneficiários e analisar os benefícios obtidos se torna necessário na hora de fornecer subsídios para a melhoria do funcionamento da cadeia. Conhecendo esses mecanismos torna-se mais fácil e viável apoiar e programar políticas públicas visando à sustentabilidade destes beneficiados, gerando uma melhoria na renda e qualidade de vida da população.

Em relação ao pequeno produtor (representando cerca de 75% dos produtores de leite), a sua produtividade aumenta quando a escala também aumenta. Porém sabe-se também que há muito que se melhorar em termos de eficácia. Em outras palavras o produtor sabe como produzir o leite, porém precisa aplicar conhecimentos a mais do que as simples técnicas de produção. Uma vez que o pequeno produtor não possui ineficiência técnica, se encontra em um extremo da sua produtividade com os recursos que possui, precisa aumentar a escala de produção para aumentar sua produtividade. O que beneficiará sua produção é a realocação dos fatores de produção, ou seja, manejo do pasto, controle da sanidade animal, novas ferramentas e outros (GOMES, 2001).

Este trabalho tem como finalidade, analisar as contribuições do microcrédito no fortalecimento da Agricultura Familiar no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável dos Agricultores da região de Jaru, Rondônia. Com este trabalho mostrar-se-á que o microcrédito garante promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural da agricultura familiar proporcionando-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

1.1 Contextualização

A instituição financeira auxiliando a gerar o microcrédito a pecuária leiteira é uma alternativa para o desenvolvimento regional sustentável, e uma forma de acesso a recursos monetários caracterizados tanto pelo seu pequeno volume de moeda, em comparação com o crédito tradicional aqueles utilizados a produção agropecuária. O acesso ao crédito é excessivamente burocratizado e não estaria disponível àqueles produtores que atualmente têm no microcrédito um forte instrumento de expansão das capacitações. O microcrédito envolve diversos aspectos como o destino dos recursos, o estabelecimento de novas relações sociais, quais as pessoas envolvidas, entre outras. Desta maneira, a vasta e esparsa bibliografia existente permite abordar esta forma de acesso a recursos monetários de diversas maneiras, e como a melhor maneira de utilizá-las.

1.2 Formulação do problema

Diante do mundo sem fronteiras, com os conglomerados financeiros internacionais, absorvendo os mercados e difundindo uma cultura financeira com base em seus próprios interesses, o microcrédito apresenta-se como uma alternativa para promover o Desenvolvimento Regional Sustentável?

1.3 Objetivo Geral

Demonstrar que instituições financeiras podem se tornar a principal fonte de desenvolvimento para a área leiteira através do microcrédito.

1.4 Objetivos Específicos

- a) Conceituar e demonstrar a importância do Desenvolvimento Regional Sustentável;
- b) Demonstrar o destaque da cadeia produtiva leiteira para o agronegócio;
- c) Apresentar os benefícios do microcrédito para o desenvolvimento regional sustentável.
- d) Traçar um perfil dos beneficiários do microcrédito na região de Jaru/RO.
- e) Analisar as vantagens e desvantagem dos benefícios destes produtores.

1.5 Justificativa

Fortalecer e apoiar os produtores de Leite no município de Jaru é de extrema importância para o estado de Rondônia, uma vez que o município é o principal produtor do setor no estado e o agronegócio é uma das suas principais fontes de renda.

Segundo Yunus (2002), nos últimos tempos, o microcrédito tem sido apontado como uma alternativa eficaz para redução da pobreza no mundo.

Beneficiar o produtor de leite de Jaru implica em movimentar a economia do estado e conseqüentemente trazer qualidade de vida à comunidade.

Visto a isso, o microcrédito na vida do produtor leiteiro resultará em um melhor ganho para todos: ganha o produtor, que garante sua renda e fixa suas raízes no meio rural; ganha o laticínio que produz com qualidade; ganha o consumidor que tem a garantia de um produto saudável; e ganha à sociedade que mantém (dentro das possibilidades dessa análise) um equilíbrio em suas relações socioeconômicas.

Sen (2003) defende o conceito de desenvolvimento, que não se concentra somente em aspectos restritos como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou algum outro tipo de indicador de renda nacional, com a industrialização ou mesmo com aspectos tecnológicos, mas sim relacionado ao grau de liberdade das pessoas e ao acesso a uma melhor qualidade de vida.

Para Hart e Milstein (2004), algumas pessoas, ainda acreditam que em função da adoção de critérios de sustentabilidade pode haver uma redução de lucros e o aumento de dívidas com esses microcréditos, mais que estudos comprovam que estes usos corretos aumentam os lucros e com isso pagam suas dívidas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Desenvolvimento Regional Sustentável

A Economia Verde, na prática, é uma agenda de desenvolvimento que propõe uma transformação da maneira de se encarar a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, indo muito além da visão tradicional do meio ambiente como um conjunto de limites para o crescimento ao encontrar nas mudanças climáticas e no escasseamento ecológico vetores para um crescimento mais sustentável (SÃO PAULO, 2010).

Para Mello (1996), coalizões com predomínio de forças liberais enfatizam os aspectos relativos aos ganhos de eficiência e de redução do setor público. Coalizões socialdemocratas, por um lado, privilegiam os aspectos relativos ao controle social e democratização da gestão local.

Acredita-se que o território como campo prático das metas políticas para o setor, é capaz de garantir a manutenção dessa atividade relevante no que tange ao desenvolvimento econômico sustentável (MOREIRA, 1995).

Os avanços constatados resultam não de uma política apenas, mas da convergência de um conjunto de iniciativas cujos impactos convergem para melhorar a situação do chamado “andar de baixo” da economia, Freitas e Borges-Andrade (2004).

Na matéria publicada na Revista PROFI (2005) diz que para que esse avanço seja sustentável, é imprescindível articular e generalizar novos passos de inclusão

produtiva. No momento em que o poder público se decide, finalmente, programar políticas abrangentes de incorporação da grande massa de excluídos do desenvolvimento nacional, é importante olhar para o conjunto de ações que brotam da própria iniciativa local, definindo mecanismos para estimulá-la, ou ainda para reduzir os entraves que a bloqueiam.

O conceito de desenvolvimento sofreu uma evolução significativa nas últimas décadas. Primeiramente abandonou-se o conceito de crescimento econômico, aquele que nos dizia que bastaria um país acumular riqueza que o bem estar estaria garantido para todos. A história econômica dos países que atingiram altas taxas de crescimento demonstrou que a simples acumulação de capital produtivo e bens não seriam suficientes para que a democracia econômica fosse atingida espontaneamente (MEREGE, 2005).

Desenvolvimento Regional Sustentável é uma forma diferente de fazer negócios. Por isso, podemos dizer que o DRS é uma estratégia negocial (SÃO PAULO, 2010).

Com o crescimento econômico não pode ser a única vertente a ser considerada no processo de desenvolvimento, uma vez que atualmente verifica-se uma maior humanização de seu conceito fortemente embasada nos períodos neoclássicos do desenvolvimento. Verifica-se, assim, uma maior tendência a considerações acerca das questões sociais e ambientais junto à econômica sempre que se remete ao desenvolvimento (BOISIER, 2000).

Conforme citado por Merege (2005), por muito tempo, a ideia de desenvolvimento esteve associada diretamente a de progresso; entendia-se que se houvesse crescimento econômico, simultaneamente existiria o desenvolvimento social e humano, melhorando assim o padrão de vida das pessoas.

Segundo Franco (2000), uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades. É possível que a palavra desenvolver queira dizer isso mesmo: desenrolar, dar seguimento a uma tendência, realizar uma predisposição genética, rodar um programa herdado, ou seja, tornar dinâmica uma potencialidade.

O conceito de desenvolvimento está muito ligado à ideia de uma relação do ser humano com a natureza que conserva o meio ambiente. Por isso, associa-se imediatamente sustentabilidade com ambientalismo e ecologia (FRANCO, 2000).

Para reportar sobre esse assunto, inicia-se falando sobre o que Moraes (2000) tem a dizer sobre autoridade. Para a autora, delegação de autoridade implica a constituição de uma estrutura organizacional centralizada ou descentralizada. A estrutura é centralizada quando há pouca distribuição de autoridade, concentrando-se esta nos níveis hierárquicos mais elevados. A estrutura é descentralizada quando há muita autoridade distribuída.

Segundo Souza (2005) grande parte da riqueza mundial é gerada e movimentada por instituições financeiras. Elas influenciam os resultados de diversos setores da economia, assim como as atividades das empresas, comunidades, governos e até na vida das pessoas. Percebe-se, então, a importância do segmento financeiro para o desenvolvimento sustentável por meio de iniciativas e ações que privilegiam a qualidade de vida das pessoas.

Para Mello (1996), o uso da descentralização é uma transferência de poder decisório. No entendimento desse assunto, segue alguns marcos da evolução do movimento a favor da descentralização.

Para Nunes (1996), descentralização e democracia são partícipes de uma mesma substância.

Arretche (1999) aponta que o movimento de descentralização levaria à criação de instituições que viabilizassem a participação dos cidadãos nas decisões públicas, permitiria superar vícios e limites do velho aparato do Estado Nacional e das instituições da democracia representativa e promoveria o fortalecimento da vida e das virtudes cívicas.

Para Farah (2001), inovações políticas desenvolvidas no âmbito local vêm alcançando a promoção de ações integradas, o estabelecimento de vínculos de parcerias com outros níveis de governo e com governos de outros municípios, a criação de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e mercado, incluindo novos atores na formulação e implementação das políticas públicas e o compartilhamento da responsabilidade pela provisão ou gestão dos serviços ou da política pública, deixando de ser atribuição exclusiva do Estado.

Tendler (1998) analisa que a participação no governo local, feita pela sociedade civil organizada, buscaria a garantia de que a sociedade civil local faça sua parte, fortalecendo-se para pressionar e controlar o governo.

O trabalho de Souza e Carvalho (1999) destaca-se dos outros já citados por ter como eixo central a questão das desigualdades existentes entre as diferentes

regiões subnacionais, tanto entre estados quanto entre cidades. As autoras argumentam que o processo de descentralização não tem tido êxito em promover a redução dessas desigualdades. Os benefícios da descentralização não se distribuem uniformemente, daí porque a valorização da instância local não pode assumir um caráter absoluto, nem a descentralização ser efetuada sem levar em conta a complexa combinação de fatores que, em cada contexto, define as possibilidades de transformação do setor público.

Como citado por Sem (2003), o conceito elaborado no Relatório de Brundtland (1987) para o desenvolvimento sustentável é aquele que atende a necessidade das gerações atuais, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas. A partir deste pensamento intensificaram-se os cuidados e as ações para um mundo melhor, com sua evolução surgiu o termo sustentabilidade, que passou a ser estudado em profundidade por diversos autores, originando vários conceitos.

Silva (2005), no livro Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável defende que o conceito da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável está vinculado com a rediscussão do ritmo e da forma como o sistema capitalista propunha o desenvolvimento das sociedades, uma vez que o aumento da preocupação da manutenção e existência dos recursos naturais em um ambiente benévolo para a continuidade das gerações futuras foi colocado em pauta.

Segundo Buarque (2004), o conceito de desenvolvimento regional se dá como um processo endógeno, o qual se utiliza da capacidade, oportunidades e potencialidades locais resultando em um maior dinamismo econômico e melhoria na qualidade de vida das pessoas de todos os tipos de classes sociais.

Schmidheiny (1992), diz que juntamente com o desenvolvimento sustentável e sua transformação global em vários aspectos, observa-se uma grande mudança no modo de gerir as empresas. Ele menciona a grande capacidade que o setor empresarial tem para se adaptar às várias mudanças ocorridas desde a revolução da qualidade e que, pode-se ter uma solidez maior para continuar o processo rumo a um desenvolvimento mais sustentável.

Navarro (2001) acredita que o impacto da globalização financeira torna o mundo centralizado e controlado por proporções transnacionais, anula os resultados de esforços locais por constituírem ameaças, levando a uma perda dos valores locais, é

fundamental estudar a importância do papel das iniciativas territoriais frente ao processo de globalização financeira e das comunidades carentes.

Microcrédito

Crédito – A palavra crédito deriva das palavras latinas “credere”, “confiança” e creditum, “uma coisa confiada de boa-fé”. Sempre que tem necessidade de recorrer ao crédito, existem entidades que lhe disponibilizam o dinheiro e a quem, posteriormente, terá de pagar.

Segundo Alves (2001), a primeira iniciativa de microcrédito na América Latina foi realizada pelo Projeto Uno, na década de 70, que mais tarde viria se transformar no CEAPE/Pernambuco, com esse pioneirismo, o microcrédito acabou se fortalecendo em outros países da América Latina, cujo exemplo mais marcante é o Banco Sol, na Bolívia. No Brasil, o microcrédito apresentou uma expansão mais significativa nos anos 90, tendo sido registrado, em 2000, cerca de 100 instituições que operavam com microfinanças.

Conforme Cavalcante (2006), ele cita que o Banco Mundial (BIRD, 2003) informa que no ano de 2006 existem no mundo mais de sete mil instituições desenvolvendo programas de microcrédito, alcançando 16 milhões de pessoas pobres. Trabalhando com taxas de inadimplência no patamar de 5%, elas mantêm cerca de sete bilhões de dólares aplicados em microcréditos, valor que cresce cerca de 30% ao ano.

Alves e Soares (2003) dizem que pra eles o conceito de microcrédito consiste na atividade de conceder crédito de pequena monta e o que o diferencia dos demais é a forma como é operacionalizado.

São muitas as formas de se definir o que é efetivamente microcrédito. Muitas pessoas o veem como um instrumento financeiro que se caracteriza por empréstimos de valores relativamente pequenos a empreendedores de baixa renda, que vivem, em geral, na economia informal. Entretanto, há que se considerar que o microcrédito, além disso, tem sido desenvolvido para atender as necessidades dos pequenos empreendimentos, portanto, leva em conta, além das suas condições econômicas, as relações sociais do tomador (SEBRAE, 2011).

Com isso podemos concluir que o microcrédito caracteriza como uma modalidade de financiamento que visa permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito.

Cadeia produtiva leiteira

Cassiolato e Latres (2003) dizem que a prática dos setores organizados na lógica de cadeia produtiva foi significativa para a redução dos custos nos Estados Unidos, na Argentina e nos países da Europa. Apesar de somente em épocas recentes ter se iniciado o exercício de cadeia produtiva no setor agropecuário brasileiro, a cadeia produtiva do leite vem se destacando na abertura econômica, verificando-se mudanças em todos os elos da cadeia.

Com vistas à estruturação do setor leiteiro no estado, o ICMS teve sua regulamentação alterada para conceder benefícios fiscais às indústrias de laticínios locais. O incentivo à atividade leiteira constituiu numa redução de 35% do valor do imposto devido pelas saídas interestaduais de produtos lácteos, no entanto, teve em contrapartida das indústrias participantes, a criação de um fundo de reservas para o desenvolvimento do setor, a partir de depósitos de 1% do faturamento bruto para manutenção de um programa de investimento para o desenvolvimento do agronegócio em Rondônia. (PAES-DE-SOUZA, 2007.).

A abertura econômica e a desregulamentação do mercado de leite fluido, combinada com a estabilização da economia, são um marco na história da indústria de laticínios. A partir da década de 90, o sistema agroindustrial do leite como um todo vem apresentando um contínuo processo de transformação. Conforme resumido por Jank (1999).

Segundo Gomes (2001), a principal característica da cadeia produtiva do leite no Brasil é a sua importância no agronegócio nacional que, além de ser significativa, encontram-se representantes dos segmentos de produção, industrialização e comercialização de leite e derivados em todas as regiões do território nacional, os quais desempenham papel relevante no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população. Essa constatação favorece o desenvolvimento local, o que requer maior atenção ao estudo desse arranjo.

Conforme Yamaguchi et al. (2001), embora se perceba que há um crescimento na produção brasileira, consideram que houve atraso da produção leiteira no Brasil por falta de benefícios aos produtores para fortalecer e aumentar seu rebanho leiteiro.

Segundo Fassio (2004), o conhecimento de indicadores econômicos das explorações agropecuárias, e da propriedade como um todo possibilita a identificação de possíveis pontos de estrangulamento no processo produtivo, fornecendo subsídios à ação do extensionista e a tomada de decisão pelo produtor

rural. Além disso, permite estabelecer as bases para a elaboração de projetos que visam minimizar as deficiências identificadas, propondo-se medidas técnicas e administrativas, bem como se avaliando a necessidade de investimentos e crédito.

A pecuária de leite é uma das principais atividades entre os pequenos produtores

(CARVALHO et al, 2004). Assim, estratégias de desenvolvimento rural que priorizem a promoção desta classe de produtor são necessárias, visto a importância socioeconômica desta categoria.

Yamaguchi e Martins (1998) diz que a crescente urbanização vem influenciando o mercado de leite e derivados, tanto em nível nacional quanto internacional, notadamente pela renda dos países em desenvolvimento, pela concentração de mercado, pelo aumento de poder das estruturas de varejo, representadas principalmente pelas redes de supermercados e, ainda, pela disseminação das multinacionais do setor.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Caracterização do setor

O município de Jaru, em Rondônia, apresenta a maior produção de leite do estado. Junto com os municípios da região central do estado, formam a bacia leiteira de Rondônia. O efetivo bovino de Jaru é um dos maiores do estado, (EMATER, 2010). Essa Região Central (de Jaru a Presidente Médici) é responsável por 70% da produção do estado, Jaru possui um rebanho leiteiro de 302.857 cabeças, (IDARON, 2011), sendo que desse rebanho 83.952 vacas foram ordenhadas, produzindo, nesse mesmo ano, 68.001 mil litros de leite (IBGE, 2011), o que faz com que a produtividade vaca/dia seja em torno de 2,27 litros, onde os produtores de leite têm uma produtividade de 192 litros de leite lote/dia.

3.2 Instrumentos de pesquisa

A metodologia empregada na pesquisa utiliza informações, com o caráter explicativo, de fontes documentais e bibliográficas e pesquisa in loco. As informações procedem de material já elaborado: livros de autores nacionais e internacionais, artigos, dissertações, teses, internet, informativos e pesquisa com questionário objetivo com Beneficiários que utilizam o Banco do Brasil, de diferentes camadas sociais.

3.3 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Foi utilizado o método de questionamento pessoal, através de entrevistas com a utilização de questionário estruturado de campo, preenchido pelo pesquisador, mediante as respostas do entrevistado. Na pesquisa foram considerados portadores beneficiários maiores de 18 anos, sendo donos de propriedades rurais, foram realizados com 15 famílias.

Um dos elementos que caracterizou essa entrevista foi o levantamento da percepção dos produtores portadores do microcrédito, a respeito dos benefícios atribuídos ao microcrédito como instrumento de satisfação pessoal e na produção.

As entrevistas realizadas foram planejadas e orientadas por um roteiro de questionário estabelecido através de pesquisa e elaboradas com a orientação do tutor Vanauey Ferreira Vieira, visando obter as respostas de vários questionamentos proposto no projeto inicial e nos objetivos a serem alcançados, baseou-se na necessidade de colher informações e opiniões diretas dos beneficiários na busca de elementos para a explicação da investigação, naquilo que dizia respeito ao microcrédito, a satisfação e a instituição financeira.

Os dados foram anotados diretamente imediatamente no formulário impresso, e posteriormente transferido para uma planilha do Excel. Os dados coletados na pesquisa de campo foram sendo agrupados em função das pessoas entrevistadas, compondo o conteúdo de análise por categorias e tornando-se o material básico utilizado na redação do trabalho do final.

3.4 População e amostra ou participantes do estudo

Pequenos produtores rurais da região de Jaru, Rondônia. Sendo que a pesquisa foi realizada com 15 agricultores familiares beneficiados pelo microcrédito adquiridos através do Banco do Brasil, que participam e são cadastradas junto à entidade da EMATER-RO, que aceitaram participar da entrevista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Questionário

Conforme analisado na pesquisa realizada em campo podemos verificar o perfil dos portadores do microcrédito do leite na região em Jaru/RO.

A mão de obra utilizada nas propriedades rurais é em sua grande maioria 09 são familiares, seguindo contratada temporárias sendo 04, e por ultimo a contratada permanente de 02. Da pra se notar que a família ainda é a base trabalhadora nestas propriedades.

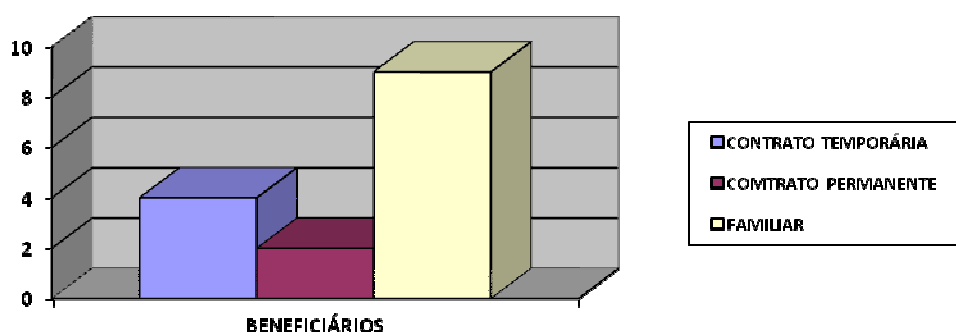


Gráfico 01 Mão de Obra Utilizada nas Propriedades Rurais

O numero de pessoas que trabalham por propriedade, na maioria são de 01 a 05 que são 12 propriedades, 06 a 10 03 propriedades, acima deste numero de trabalhadores não encontramos nenhuma propriedade. Um dos possíveis motivos seria o tamanho das propriedades que são de poucos alqueires.

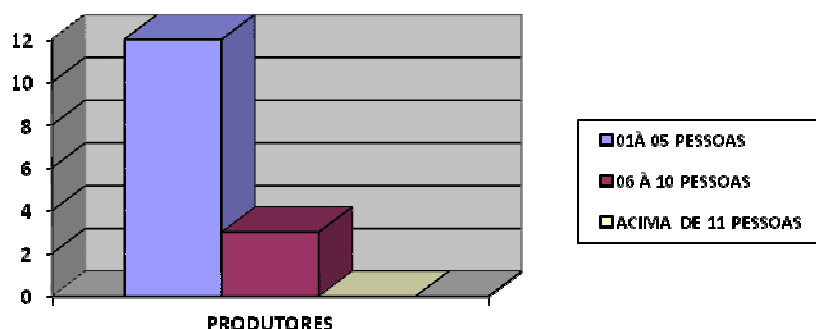


Gráfico 02 Quantidade de Pessoa que Trabalha na Propriedade

A quantidade de pessoas da família que moram na unidade familiar de produção, na sua grande maioria 01 a 05 pessoas são de 14 famílias, 06 a 10 pessoas 01 família, acima deste numero mais nenhuma, a sua grande maioria os filhos saem pra cidade em busca de estudos ou mudança de vida.

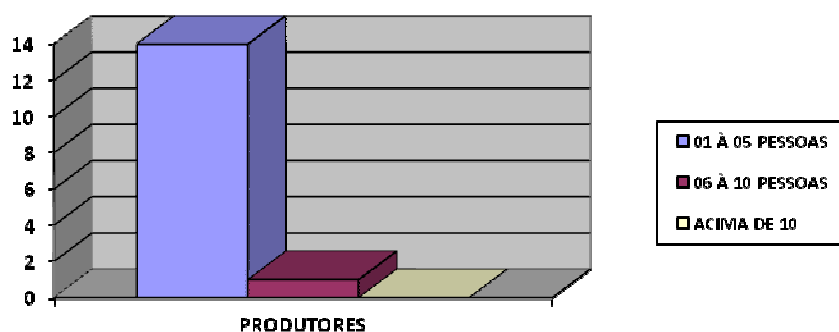


Gráfico 03 Pessoas que moram unidade familiar

Em referencia se houve algum problema relacionado á residência ou ás condições físicas da propriedade rural que pode ser solucionado com a utilização de recursos provenientes de uma operação de microcrédito muitos deles responderam que sim sendo 13 proprietários e 02 que não. Podendo ser confirmado que o microcrédito ajuda a solucionar problemas na produção.

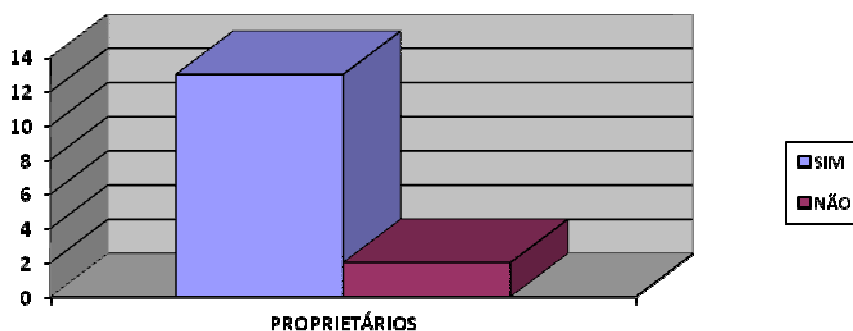


Gráfico 04 Problemas Solucionados com o Microcrédito

Os principais custos das unidades de produção foram considerados sendo 07 proprietários aquisição de bens, 05 proprietários a própria produção e 03 proprietários mão de obra, a falta de bens maquinários ainda é a maior causa do baixo rendimento das propriedades eles trabalham engessada com o que conseguem adquirir.

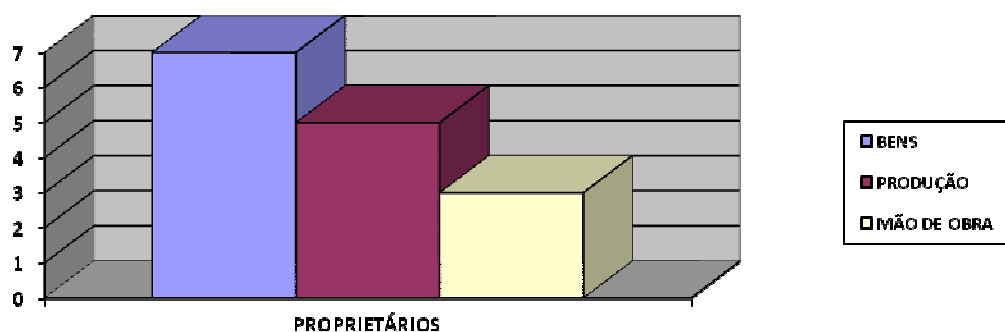


Gráfico 05 Custos das unidades de produção

A principal forma de acesso de comercialização da produção, 09 por cooperativas, 06 pra indústria e vendas diretas todos eles tem paralelamente. Foi verificado que eles não vendem mais diretamente porque eles não têm tanques de resfriamento onde pela lei é obrigatório o produto ficar ate a data do destino e eles não tem transporte adequado para levar estes produtos, as cooperativas tem e indústrias também e buscam diretamente nas propriedades.

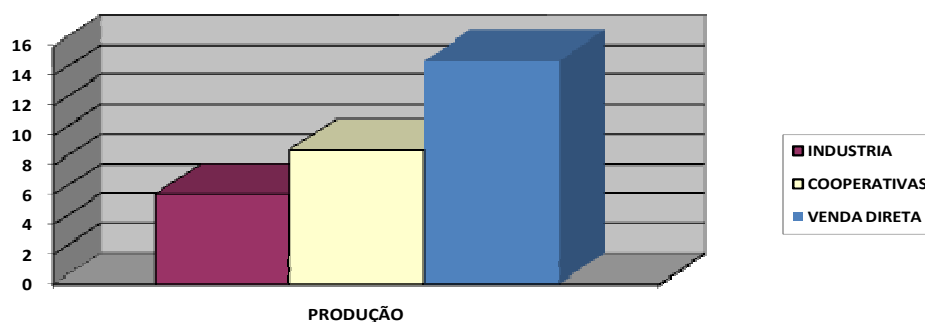


Gráfico 06 Comercialização da Produção

A utilização do microcrédito para a compra de um novo bem, trocar ou consertar algum bem para melhorar a produção todos os proprietários utilizaram.

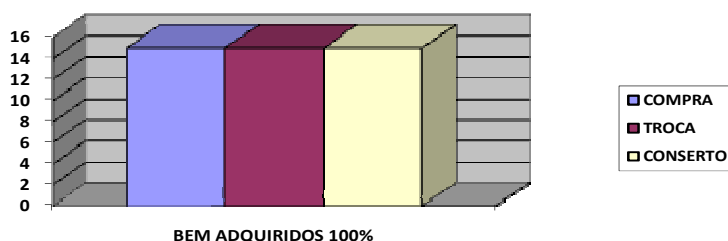


Gráfico 07 Utilização do Microcrédito para Benfeitorias e Bens

O acesso aos serviços bancários por causa do microcrédito a grande maioria 7 não obtiveram nenhum benefício, 05 serviços que já utilizavam e 03 novos serviços.

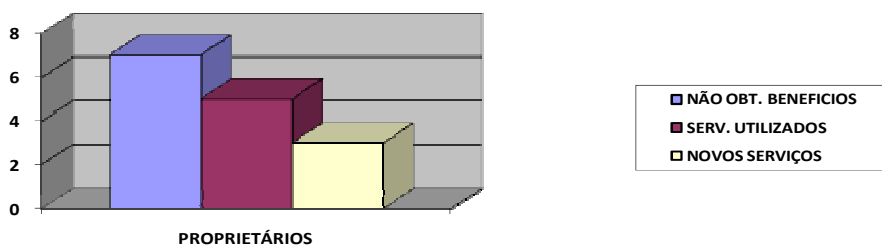


Gráfico 08 Serviços Bancários

O uso do microcrédito para saldar dívidas anteriores, 11 produtores saldaram dívidas e 04 não. A maioria destas dívidas foram feitas para garantir a própria produção.

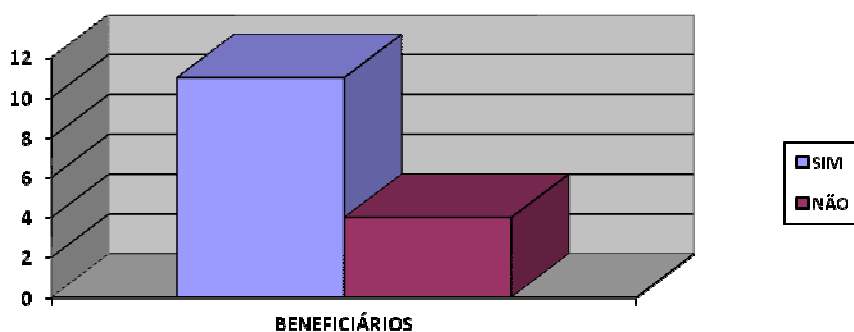


Gráfico 09 Utilização do Microcrédito para Dívidas Anteriores

A unidade de produção tem acesso a outras fontes de financiamento que não os programas pelo qual foram selecionados para a amostra, 07 produtores têm por outra agência bancária e 08 não esse financiamento é o único.

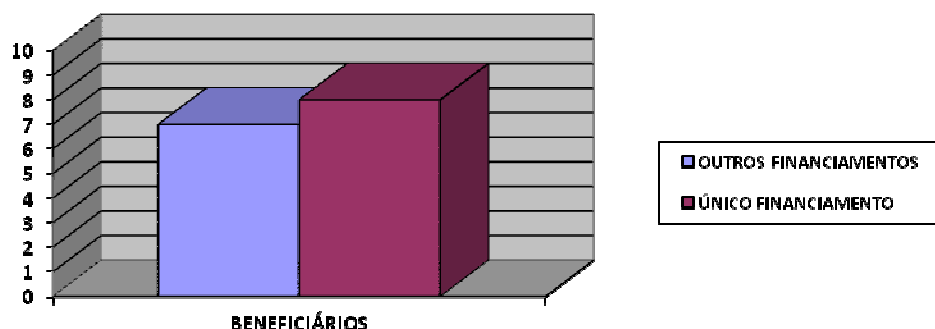


Gráfico 10 Acesso a fontes Financiadoras

Em questão dos produtores portadores do microcrédito querem realizar novas operações de microcrédito à maioria de 14 produtores desejam novos microcréditos e apenas 01 não, achando a burocracia para o mesmo muito grande.

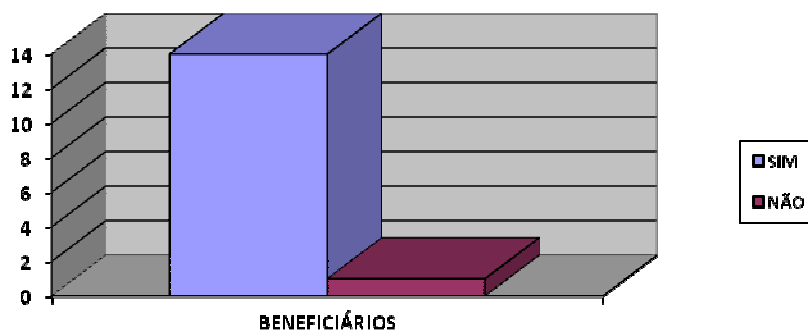


Gráfico 11 Produtores e Novas Operações de Microcrédito

O uso do microcrédito para alguma aquisição de meio de transporte ou solução de problema com relação a deslocamento de produtores e produtos uma minoria de 06 produtores fizeram, e a maioria de 09 produtores não, um dos motivos foi que o valor do microcrédito não era suficiente para investir no aumento da produção e na compra de transporte e eles teriam que optar um deles e a maioria optou pela produção.

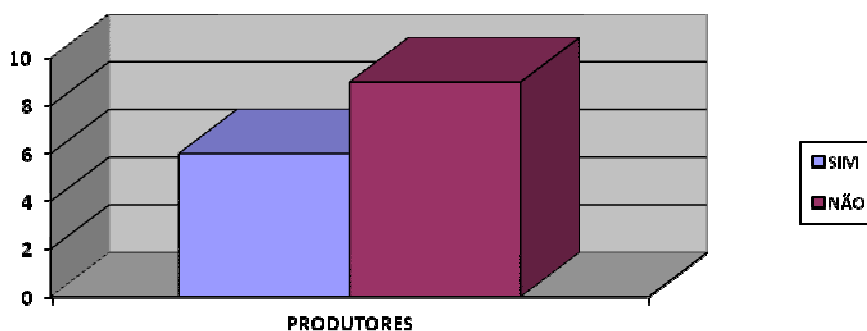


Gráfico 12 Compra de Transporte de Produtos e Produtores

Em resposta do questionamento se a instituição responsável pelo microcrédito forneceu alguma oportunidade de acesso a conhecimento sobre proteção ambiental como seminários, curso, palestras ou tipos, 10 produtores confirmaram que foram auxiliados e participaram junto à instituição, 05 produtores não fizeram nenhum tipo de auxílio ou treinamento por eles não terem ido e não por não oferecimento da instituição financeira.

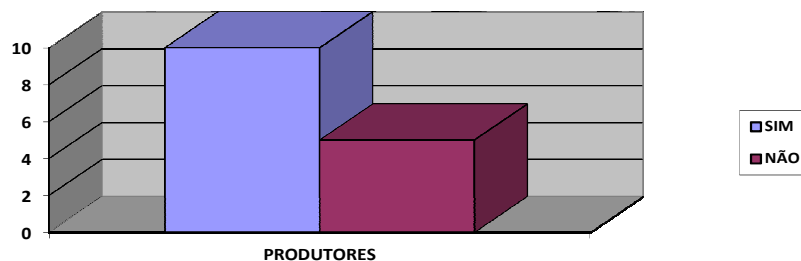


Gráfico 13 Produtores Tiveram algum tipo de Treinamentos e Cursos

Os tipos de tratamentos que ocorrem em relação ao meio ambiente no seu processo de produção são mínimos, 06 fazem manejo ecológico, 03 utilizam adubos orgânicos, 02 lavram a terra todo o ano e 01 praticam rotação de cultura.

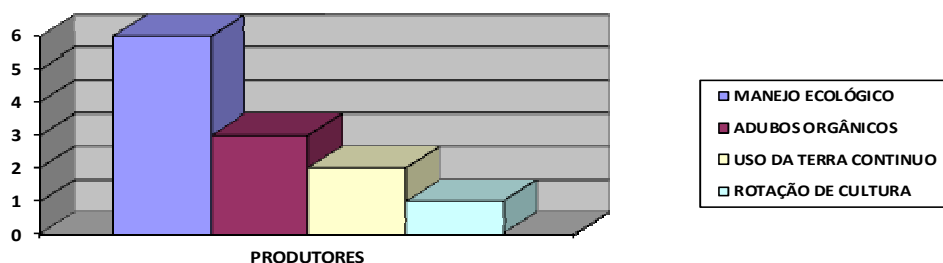


Gráfico 14 Tratamentos Utilizados nas Propriedades

Algum recurso do microcrédito foi utilizado para promoção de algum cuidado especial com o meio ambiente 06 fizeram e 09 não fizeram.

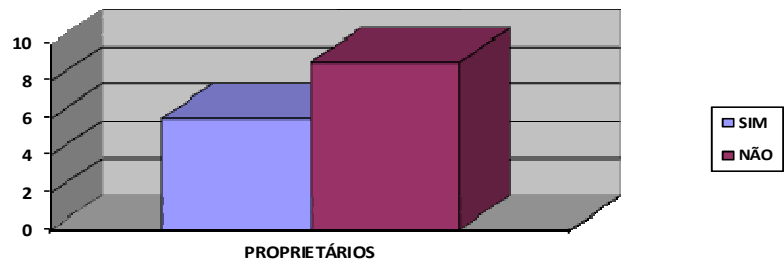


Gráfico 15 Cuidado com Meio Ambiente

Nas propriedades rurais apenas 02 fazem separação de lixo sendo esta separação parcial dos produtos secos dos úmidos, e os secos não a coleta por carros da prefeitura e despejados em uma área específica 13 produtores não separam e somente jogam em áreas específicas.

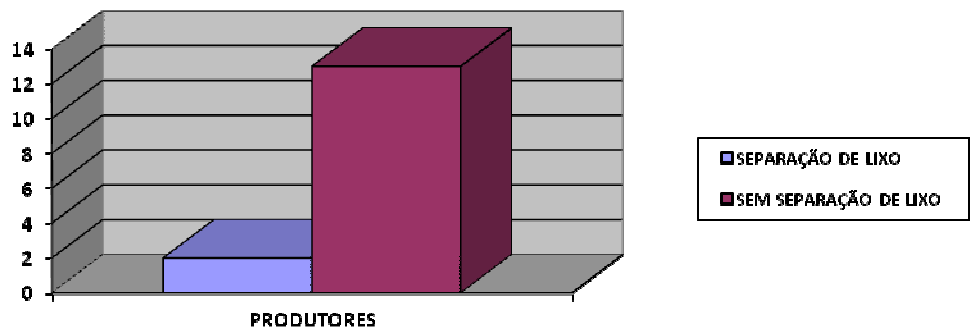


Gráfico 16 Propriedades e Tratamento com o Lixo

As expectativas quanto ao microcrédito 5 famílias de produtores acham que ele pode, 10 famílias respondeu que melhorou muito o rendimento das suas famílias e nenhuma família disse que algum tipo de melhoria não obteve com o dinheiro do microcrédito.

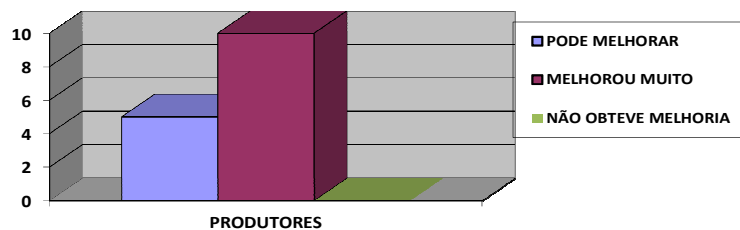


Gráfico 17 Microcrédito Melhorou o Rendimento Familiar

Em relação à importância do microcrédito para a realização dos planos 13 produtores realizaram partes deste e 02 não acham que mesmo sem o microcrédito eles realizariam.

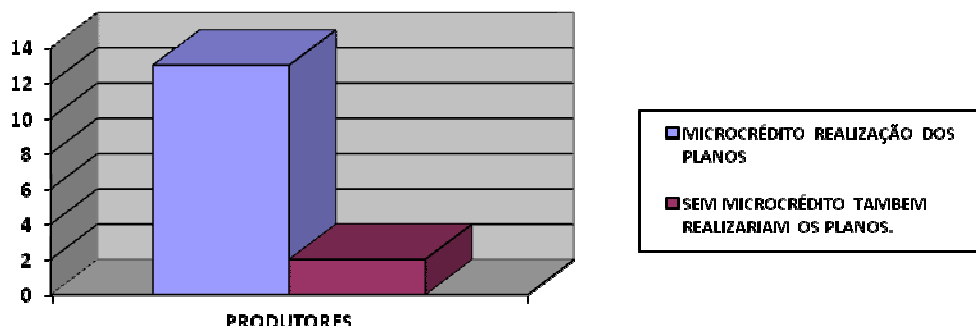


Gráfico 18 Uso do Microcrédito para Realização dos Planos

Quanto ao microcrédito obtido, à satisfação as expectativas para ampliação da propriedade e dos bens, 10 produtores ficaram satisfeitos, 05 produtores acharam a burocracia muito grande pra poucos benefícios.

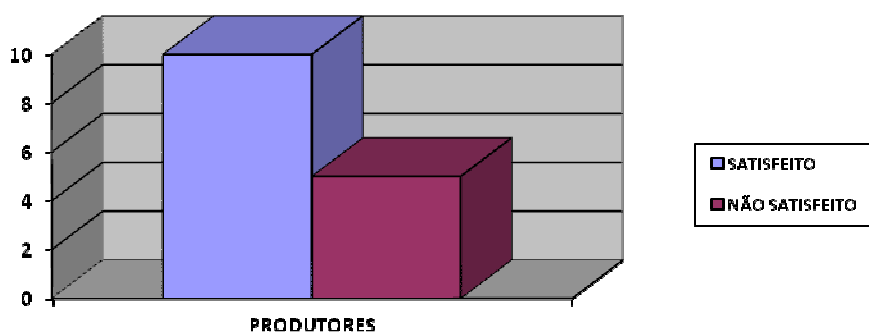


Gráfico 19 Satisfação dos Produtores em Relação ao Microcrédito

Com base nos resultados obtidos em campo por meio das entrevistas aos pecuaristas familiares, pode-se afirmar que:

A pecuária familiar possui uma lógica peculiar de funcionamento e especificidades próprias da atividade de produção animal, a qual exprime as condições reinantes no contexto socioeconômico, ambiental, político e cultural em que se acha inserida.

Em termos de estrutura fundiária, a pecuária familiar se caracteriza com propriedades de pequeno porte, que as famílias controlam.

A natureza do trabalho da pecuária familiar é baseada no emprego de mão de obra essencialmente familiar, o que caracteriza esse tipo de unidade de produção.

Existe uma concentração significativa das famílias entrevistadas que usaram o microcrédito para ampliar a produção e com isso a sua renda.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após a aplicação dos questionários ficou estabelecido às seguintes conclusões se baseando nas respostas obtidas através dele. Apesar das melhorias implantadas, até então, observou-se que os beneficiários ainda não possuem uma estrutura administrativa e operacional capaz de absorver e administrar a produção e precisam de uma assessoria contínua para um melhor desenvolvimento.

Muitas ações desempenhadas pelos atores do arranjo produtivo local do leite em Jaru começam a resultar em benefícios para o produtor rural, o número de produtores que não recebem assistência de nenhuma das instituições ligadas ao arranjo ainda é significativo. Muitos produtores tentam manterem-se competitivos por seus próprios esforços, muito embora esses pudessem ter mais sucesso se tivessem apoio.

O estudo sinaliza o importante papel das instituições financeiras de apoio técnico, como um instrumento de apoio para assessorar as famílias nas questões ambientais e socioculturais atuando nas deficiências detectadas, buscando promover ações que envolvam as famílias trabalhadoras rurais, com isso o acompanhamento contínuo da aplicação dos recursos nas unidades familiares de produção, já que o crédito representa uma oportunidade para que o assentado tenha suporte no processo de produção e de inovação na sua propriedade.

Visto a isso, a visão holística de um arranjo produtivo por parte de todos os seus atores, resultará em um melhor ganho para todos: ganha o produtor, que garante sua renda e fixa suas raízes no meio rural; ganha o laticínio que produz com qualidade; ganha o consumidor que tem a garantia de um produto saudável; e ganha à sociedade que mantém (dentro das possibilidades dessa análise) um equilíbrio em suas relações socioeconômicas.

Fortalecer e apoiar o Arranjo Produtivo Local do Leite no município de Jaru é de extrema importância para o estado de Rondônia, uma vez que o município é o principal produtor do setor no estado e o agronegócio é uma das suas principais fontes de renda.

Sua influência na agricultura tem uma grande significância, pois surge para atender às necessidades dos produtores das pequenas propriedades rurais carentes de financiamento para execução de suas atividades. Essas ações do microcrédito resultam no aumento da disponibilidade de ativos produtivos à disposição dos pequenos produtores rurais e constituem, juntamente com educação e investimento em desenvolvimento do capital humano, um conjunto de importantes ações para geração de empregos e rendas das famílias rurais e para o combate à pobreza e um desenvolvimento sustentável.

Além disso, leva ao bem-estar, destacando a melhoria significativa das condições de vida por meio do aumento da renda per capita e dos níveis de consumo das famílias dos produtores beneficiados. Vale ressaltar, ainda, como positivas, a valorização e atenção ao trabalho, à ampliação e o fortalecimento dos produtores e dando alternativas de trabalhos para seus filhos continuarem na área rural atendida pelo microcrédito.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. C. L. O preço da maturidade metodológica em microcrédito. **Dissertação**. EAESP-Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

ALVES, S. D. da S.; SOARES, M. M.. **Democratização do crédito no Brasil atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003.

ARRETCHE, M.T.S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, nº 40, junho1999.

BOISIER, S. **Desarrollo (Local): ¿De qué estamos hablando**. Santiago de Chile: Cuadernos Regionales nº1, Universidad de Talca, 2000.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARVALHO, L. A.; ZOCCAL, R.; SOUZA, A. D; GOMES, T., BELLINI, J. L. **Agricultura Familiar e Produção de Leite na Zona da Mata de Minas Gerais**. Anais 2004. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, Goiânia, 2004.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: IE/UFRJ, 2003.

EMATER-RO – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Disponível em:** <http://www.emater-ro.com.br/>. Acesso em: 07 de junho de 2010.

FARAH, O. E. **Gestão Estratégica de Negócios – Evolução, Cenários, Diagnóstico e Ação**. São Paulo: Pioneira, 2001.

FASSIO, L. H. **Estrutura de custos e *shut down point* da produção leiteira: um estudo de Minas Gerais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

FRANCO, A. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: CCS, 2000.

GOMES, S.T. **Economia da produção do leite**. Belo Horizonte: CCPR – Itambé, 2001.

HART, S.L.; MILSTEIN, M. B.. **Criando Valor Sustentável**. **RAE Executivo**, São Paulo, v.3, nº2, 2004. Texto traduzido por Pedro F. Bendassolli. Artigo originalmente publicado na Academy os Management Executive, v. 17, n. 2, 2004.

IDARON-Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. **Disponível em:** <http://www.idaron.ro.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

JANK, M.S.; FARINA, E.M.Q.; GALAN, V.B.O. **Agribusiness do leite no Brasil**. São. Paulo: Pensa – Milkbizz, 1999.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo, Hucitec, 1994.

MELLO, M. **Crise Federativa, guerra fiscal e hobessianismo municipal: efeitos perversos da descentralização? São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 10, n. 3, jul./set. 1996.

MEREGE L. C. **O social é capital**. Valor econômico. São Paulo, 2005.

MORAES, A. M. P. **Iniciação ao Estudo da Administração**. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2000.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 1995.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais** – o olhar transdisciplinar. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** In: *Revista Estudos Avançados*, v.16. São Paulo: USP, 2001.

NUNES, E. **Poder local, descentralização e democratização: um encontro difícil.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 3, jul./set. 1996.

PAES-DE-SOUZA, M. **Governança no Agronegócio. Enfoque na Cadeia Produtiva do Leite.** Porto Velho: Eudfro. 2007.

PROLEITE – Programa de Leite de Rondônia. **Disponível em:** www.ro.rondonia.gov.br. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

PROFI. Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, ano VIII, n. 30, jan. 2005.

ROBERTS, D. B.; GOMES, A. P. **Eficiência da pequena produção e leite no estado de Rondônia.** SOBER – 2004

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente/ Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Economia verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo.** Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho (Coord.). São Paulo: SMA/CPLA, 2010.

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o Rumo: Uma Perspectiva Empresarial Global sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

SEN, A. K. **Ética da Empresa e Desenvolvimento Econômico**. In: CORTINA, A. O. (Org.). *Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações*. São Paulo: Loyola, 2003.

SEBRAE, Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. **Cadeias Produtivas**. **Disponível em:** <<http://www.sebraego.com.br/site/site.do?idSubCategoria=7>>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

SILVA, C. L. (Org.) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, L. O. **Histórico da Sustentabilidade**. *PROFI*, Brasília, n. 30, ano VIII, jan. 2005.

SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. **Reforma do Estado, descentralização e desigualdades**. Lua Nova, São Paulo, n. 48, 1999.

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos: uma visão crítica**. Brasília, DF: Enap; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

YAMAGUCHI, L. C. T., MARTINS, P. C., CARNEIRO, A. V. **Produção de Leite no Brasil nas três últimas décadas**, (2001) In: GOMES, A.T. LEITE, J. L. B. e CARNEIRO, A. V. **Agronegócio do leite no Brasil**. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres**. 1ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS PRODUTORES RURAIS

MICROCRÉDITO À PECUÁRIA LEITEIRA DE JARU/RO UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Questionários - Participantes dos grupos de microcrédito

01) Que tipo de mão de obra é utilizado na propriedade?

Familiar Contratada Permanente Contratada Temporária

2) Quantas pessoas Trabalham?

01 a 05 06 a 10 11 a 15 Acima de 16

3) Quantas pessoas da família moram na unidade familiar de produção?

01 a 05 06 a 10 11 a 15 Acima de 16

4) Já houve algum problema relacionado à residência ou às condições físicas da propriedade que pode ser solucionado com a utilização de recursos provenientes de uma operação de microcrédito?

Sim Não

5) Quais os Principais custos da unidade de produção?

Própria Produção Mão de obra Aquisição de Bens

6) Quais são as possíveis formas de acesso de comercialização da produção?

Cooperativas Vendas Diretas Indústria

7) Utilizou o microcrédito para comprar um novo bem ou trocar/ consertar algum bem para melhorar a produção?

Sim Não

8) O acesso ao microcrédito garantiu acesso a algum tipo de serviço bancário?

Sim, novos serviços Sim, serviços já utilizados Não.

9) Houve alguma situação em que o microcrédito foi utilizado para saldar dívidas anteriores?

Sim Não

10) A unidade de produção tem acesso a outras fontes de financiamento que não o(s) programa(s) pelo qual foi selecionado para a amostra?

Sim Não

11) Há planos de realizar novas operações de microcrédito?

Sim Não

12) O microcrédito foi utilizado alguma vez para aquisição de meio de transporte ou solução de problema com relação a deslocamentos de vocês e dos produtos?

Sim Não

13) A instituição responsável pelo microcrédito forneceu alguma oportunidade de acesso a conhecimento sobre proteção ambiental (seminários, cursos, palestras etc.)?

Sim Não

14) Que tipo de tratamento ocorre em relação ao meio ambiente no seu processo de produção? Alternativas:

- Compostagem
- Manejo Agroecológico.
- Utilização de adubo orgânico
- Utiliza práticas orgânicas.
- Utiliza queimada.
- Utiliza plantio direto.
- Lavra a terra todo o ano.
- Pratica rotação de cultura
- Eliminação dos resíduos suínos através de um esterqueira.
- Outros cuidados.

15) Algum recurso do microcrédito foi utilizado para a promoção de algum cuidado especial com o meio ambiente?

Sim

Não

16) Há separação de lixo na propriedade?

Sim

Não

17) Quais são as expectativas quando ao microcrédito?

- Pode melhorar muito o rendimento da minha família
- Pode melhorar rendimento da minha família
- Pode melhorar pouco o rendimento da minha família
- Não pode melhorar o rendimento da minha família

18) O (a) senhor (a) acha que o acesso ao microcrédito foi importante para a realização destes planos?

Sim

Não

19) Por fim, quanto ao microcrédito obtido, foi satisfatório as suas expectativas para ampliação da propriedade e dos bem?

Sim

Não